



## INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

**Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

---

## TEXTOS MOTIVADORES

### TEXTO I

Durante a campanha eleitoral, o vitorioso Jair Bolsonaro (PSL) prometeu uma política mais permissiva quanto ao [acesso da população a armas de fogo](#), sob a justificativa de “garantir o direito do cidadão à legítima defesa”. Em duas mensagens publicadas recentemente, ele forneceu, pela primeira vez, indícios de como planeja encaminhar o tema. “Por decreto, pretendemos garantir a posse de arma de fogo para o cidadão sem antecedentes criminais, bem como tornar seu registro definitivo”, escreveu.

Hoje, as condições para alguém manter uma arma em casa — ter ocupação lícita e residência certa, não ter sido condenado nem responder a inquérito ou processo criminal, comprovar a capacidade técnica e psicológica para o uso do equipamento e demonstrar sua necessidade — precisam ser examinadas a cada cinco anos.

As evidências empíricas apontam que mais armas em circulação, em vez de melhorar a segurança pública, elevam as probabilidades de suicídio e homicídio. Não se percebe, ademais, algum grande clamor popular por tal medida, como mostrou pesquisa Datafolha.

Para 61% da população, a posse de armas deve ser proibida, visto que representa ameaça à vida de outras pessoas. O percentual cresceu desde outubro, quando 55% assim se manifestavam. [Entre aqueles que votaram em Bolsonaro](#), 53% defendem o direito à posse, e 44%

são contra a liberação. O mandatário satisfaz, assim, seus apoiadores mais engajados, mas se esquia de um debate sereno e fundamentado sobre o tema.

Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/01/tiro-no-pe.shtml>. Acesso em 08.03.2019. Adaptado.

## TEXTO II

Tomando como base o conjunto das evidências científicas nacionais e internacionais, o [decreto das armas de fogo assinado pelo presidente Jair Bolsonaro \(PSL\)](#) contribuirá para dinamizar a tragédia da insegurança pública, com o aumento dos homicídios, feminicídios e acidentes fatais envolvendo crianças, sem qualquer ganho para a sociedade. Apenas a indústria armamentista lucrará.

Uma primeira ideia falsa propalada pelos armamentistas é a de que a arma serviria para garantir a segurança do “cidadão de bem” e de sua família, além de dissuadir os criminosos. Conforme mostram inúmeros estudos, a arma de fogo dentro do lar é um fator de insegurança para a própria família.

Pesquisadores das mais reconhecidas instituições americanas de pesquisa concluíram que uma arma dentro da residência faz aumentar em cinco vezes as chances de algum morador sofrer homicídio ou suicídio, fora os acidentes domésticos envolvendo crianças.

Adicionalmente, dois importantes economistas, Cook e Ludwig, das universidades de Stanford e Chicago, mostraram que a arma dentro de casa é um chamariz para os criminosos. Segundo os autores: “nossa análise concluiu que a taxa de roubos a residências tende a aumentar com a prevalência de armas na comunidade”. De fato, a arma de fogo é um capital físico importante para o criminoso contumaz.

Por outro lado, há o efeito surpresa, fazendo com que a capacidade de reação pela vítima seja ínfima. Com efeito, conforme nos mostra uma pesquisa de vitimização feita pelo Ministério da Justiça, a vítima geralmente é abordada antes de entrar na residência ou em situação em que não há a menor chance de reação.

Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/armas-de-fogo-e-inseguranca-publica.shtml>. Acesso em 08.03.2019. Adaptado.

## TEXTO III

Desarmar a população é um dos maiores desejos daqueles que não respeitam o que há de mais precioso para um povo, a liberdade. Tomemos como base o país conhecido como o grande defensor e protetor da liberdade, os Estados Unidos, onde o direito à legítima defesa é sagrado. Ou então a Suíça, conhecida como um dos melhores e mais seguros países do mundo, onde um em cada três habitantes tem pelo menos uma arma para se defender e os índices de violência são irrelevantes.

No Brasil, o fato é que com a entrada em vigor do famigerado Estatuto do Desarmamento (2003) a violência aumentou. A insegurança aumentou. A insegurança do cidadão que não pode defender a sua vida, a sua família e a sua casa, do comerciante que sofre com assaltos, do produtor rural que sofre com invasões de suas terras e o abigeato. São fatos que põem por terra os argumentos de quem sempre defendeu o desarmamento dos cidadãos.

Ao mesmo tempo em que deixavam o cidadão de bem desprotegido, davam segurança à bandidagem, como se em cada porta de casa, de comércio, de uma propriedade rural, tivesse uma placa “pode entrar, estamos desarmados”. Além de jogarem na ilegalidade milhões de pessoas que nunca se envolveram em crimes e se recusaram a entregar suas armas.

Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/01/em-defesa-do-direito-a-legitima-defesa.shtml>. Acesso em 08.03.2019.

Adaptado.

#### TEXTO IV



---

#### PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Flexibilização do acesso às armas de fogo no Brasil, uma questão controversa”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Este material está registrado em cartório sob a Lei dos Direitos Autorais. Assim, “é vedada a reprodução deste material — seja para fins didáticos ou comerciais — sem a devida autorização da autora. LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro, 1998.